

Crenças e atitudes linguísticas: um estudo dialetológico¹

Carlos Antônio Magalhães Guedelha²

RESUMO: Este artigo desenvolve considerações em torno de crenças e atitudes linguísticas do falante em relação à sua fala e em relação às falas dos outros. O recorte teórico foi feito especialmente a partir de Calvet (2002), Bagno (2002), Alkmin (2008) e Camacho (2008), entre outros. E os dados para análise fazem parte da seção Perguntas Metalinguísticas do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), com informantes de três capitais brasileiras: São Luís (Ma), Belém (Pa) e Manaus (Am). A pesquisa confirma que as crenças e atitudes linguísticas dos falantes envolvem estereótipos e preconceitos historicamente situados.

PALAVRAS-CHAVE: Dialetologia; Crenças e atitudes linguísticas; Atlas linguístico do Brasil.

ABSTRACT: This paper develops considerations about linguistic beliefs and attitudes of the speaker for his speech and in relation to the speeches of others. The theoretical approach was made especially from Calvet (2002), Bagno (2002), Alkmin (2008) and Camacho (2008), among others. And the data for analysis are part of the section Questions metalinguistic Linguistic Atlas of Brazil (ALiB), with informants from three Brazilian cities: São Luís (Ma), Belém (Pa) and Manaus (Am). The research confirms that the beliefs and language attitudes of speakers involve stereotypes and prejudices historically situated.

KEYWORDS: Dialectology; Beliefs and attitudes of language; Linguistic atlas of Brazil.

Considerações iniciais

Qualquer pessoa minimamente curiosa em relação à língua que passa algum tempo em São Luís (Ma), Belém (Pa) e Manaus (Am), facilmente percebe em cada uma dessas capitais, de diferentes formas e por razões diferentes, manifestações de reforço da identidade linguística local, comportamentos linguísticos que evidenciam, em maior ou menor grau, estereótipos e preconceitos arraigados no que concerne a outros falares. Tenho percebido isso ao transitar, em mais de três décadas, pelas três cidades. Foi a constatação dessa realidade que me motivou a elaborar o presente artigo, cujo objetivo básico é verificar as crenças e atitudes de maranhenses, paraenses e amazonenses em relação à sua fala e também em relação às falas

¹ Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do Governo do Estado do Amazonas por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, com a concessão de bolsa de estudo.

² Doutorando em Linguística pela UFSC; professor da UFAM. E-mail: cguedelha@gmail.com

de outros brasileiros. A investigação foi feita primordialmente com base nos discursos de sujeitos pesquisados nas capitais. Como opção metodológica, recortei do questionário do Atlas Linguístico do Brasil (doravante ALiB) as “Perguntas Metalinguísticas” respondidas nas três capitais referidas.

O suporte teórico que sustentou a pesquisa foram as reflexões estabelecidas por Calvet (2002), Bagno (2002), Alkmin (2008) e Camacho (2008), entre outros, a respeito do realce dado ao falante nos estudos dialetológicos, da variação linguística, das crenças e atitudes linguísticas, dos estereótipos e preconceitos sobre os diferentes dialetos. Os dados para análise foram as respostas dadas pelos informantes às “Perguntas Metalinguísticas” do ALiB, já que tais respostas contêm os discursos dos sujeitos pesquisados (os informantes) a respeito da língua. Dessa forma, o texto apresenta as seguintes seções: Considerações iniciais; 1. Aporte teórico; 2. Atlas Linguístico do Brasil (ALiB); 3. Apresentação e análise dos resultados; Considerações finais.

1 Aporte teórico

1.1 Estereótipos e preconceitos linguísticos

Calvet (2002, p. 65) procura mostrar que a relação entre o falante e sua língua nunca é neutra. Ele argumenta que “existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam”. Não é à toa que comumente as pessoas são julgadas pelo seu modo de falar. Decorre dessas atitudes e sentimentos uma série de preconceitos e estereótipos que afetam principalmente as variantes diatópicas, diastráticas e diacrônicas. Calvet (2002) exemplifica esses estereótipos e preconceitos com base em algumas atitudes e crenças geralmente observadas no senso comum:

- a) O escalonamento das variantes segundo alguma escala de valores, que hierarquiza os diferentes falares, selecionando o que deve ser proscrito e o que deve ser admirado;
- b) A noção do “bem falar”, segundo a qual há um recanto do país onde a língua é castiça. É o lugar onde “melhor se fala” a língua nacional. No caso do Brasil, esse lugar seria São Luís do Maranhão;

- c) A percepção de que existem sotaques que são desagradáveis e outros que são harmoniosos, os que são prestigiosos e os que são condenáveis.

A sociolinguística, evidentemente, opera na desmitificação desses estereótipos. Alkmim (2008, p. 42), por exemplo, deixa claro que

Aprende-se a variedade a que se é exposto, e não há nada de errado com essas variedades. Os grupos sociais dão continuidade à herança linguística recebida. Nesse sentido, é preciso ter claro que os grupos sociais situados embaixo na escala social não adquirem a língua de modo imperfeito, não deturpam a língua ‘comum’. A homogeneidade linguística é um mito, que pode ter consequências graves na vida social. Pensar que a diferença linguística é um mal a ser erradicado justifica a prática da exclusão e do bloqueio do acesso aos bens sociais. Trata-se sempre de impor a cultura dos grupos detentores do poder (ou a ele ligados) aos outros grupos – e a língua é um dos componentes do sistema cultural.

Bagno (2002, p. 13) lembra que esse e outros mitos em torno da língua têm longevidade porque são alimentados diariamente “em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é ‘certo’ e o que é errado’, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos”. O autor chama de “mitologia do preconceito linguístico” a um conjunto de estereótipos arraigados na mentalidade dos brasileiros, dentre os quais ele destaca os oito que seguem:

O primeiro mito diz que *a língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente*. Mentalidade que causa muito prejuízo à educação, pelo fato de criar a ilusão da língua como um bloco monolítico, apagando as diversidades que a enformam e enriquecem;

O segundo afirma que *brasileiro não sabe português. Só em Portugal se fala bem português*. Outra ideia sem fundamento, que reflete o complexo de inferioridade em relação a Portugal, um país mais antigo e mais “civilizado” do qual somos colônia linguística. Compara como “melhor” e “pior” português o que é apenas diferente. Em Portugal e no Brasil falam-se “línguas diferentes” que atendem perfeitamente as necessidades linguísticas das comunidades que as utilizam;

O terceiro declara que *português é muito difícil*. Uma bobagem sem precedentes repetida *ad infinitum* em todo o país, com o apoio privilegiado da escola. Deriva da confusão que se faz historicamente entre a língua viva, concreta, e as regras da gramática normativa. Todo falante nativo de um língua sabe essa língua, pois saber a língua, no sentido científico

do verbo saber, significa conhecer intuitivamente e empregar com naturalidade as regras básicas de funcionamento dela;

O quarto mito expressa que *as pessoas sem instrução falam tudo errado*. Trata-se de uma questão que não é linguística, mas social e política. A língua falada pelas pessoas que pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não têm acesso à educação e aos bens culturais da elite, é considerada "feia", "pobre", "carente", quando na verdade é apenas diferente da língua ensinada na escola. Assim, o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê. Neste caso, o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito social;

O quinto divulga que *o lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão*. Na verdade, o que acontece com o português do Maranhão em relação ao português do resto do país é o mesmo que acontece com o português de Portugal em relação ao português do Brasil: não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente "melhor", "mais pura", "mais bonita", "mais correta" que outra. Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam. Quando deixar de atender, a ela inevitavelmente sofrerá transformações para se adequar às novas necessidades;

O sexto pode ser resumido nos seguintes termos: *O certo é falar assim porque se escreve assim*. Ignora-se aqui o fenômeno da variação, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico. A ortografia oficial é necessária, mas não se pode ensiná-la tentando criar uma língua falada "artificial" e reprovando como "erradas" as pronúncias que são resultado natural das forças internas que governam o idiomas;

O sétimo apregoa que *é preciso saber gramática para falar e escrever bem*. Um afirmação que tem evidência que a possam comprovar. Se fosse assim, todos os gramáticos seriam grandes escritores, e os bons escritores seriam especialistas em gramática. A gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente dela. Como a gramática, porém, passou a ser um instrumento de poder e de controle. A língua passou a ser subordinada e dependente da gramática;

Por fim, o oitavo mito propaga que *o domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social*. Esse mito toca em sérias questões sociais. A transformação da sociedade como um todo está em jogo, pois enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma exige desigualdades sociais profundas, toda tentativa de promover a "ascensão" social dos marginalizados é, senão hipócrita e cínica pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua. (BAGNO, 2002, p. 13/69)

Bagno (2002, p. 74) aponta os três principais agentes responsáveis pela perpetuação desses mitos e estereótipos na sociedade: a gramática tradicional, o ensino tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos. "A gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores – fechando o círculo – recorrem à gramática tradicional como de fonte de concepções e teorias sobre a língua". Além disso, os meios de comunicação, a informática e a internet são difusores desses velhos mitos, mas poderiam ser de grande utilidade se fossem usados precisamente na direção oposta, destruindo-os, elevando a autoestima linguística dos brasileiros e divulgando o que há de realmente fascinante no estudo da língua, têm o seu inestimável influência.

Outra questão importante é levantada por Calvet (2002, p. 72) quando alude ao binômio segurança / insegurança linguística do falante em relação a sua própria fala. Segundo ele,

Fala-se de segurança linguística quando, por razões sociais variadas, os falantes não se sentem questionados no seu modo de falar, quando consideram *sua* norma *a* norma. Ao contrário, há insegurança linguística quando os falantes consideram seu modo de falar pouco valorizador e têm em mente outro modelo, mais prestigioso, mas que não praticam.

Tanto a segurança quanto a insegurança linguística podem ter – e comumente têm – as suas consequências. No caso da insegurança, uma das consequências é a *hipercorreção*, que é uma forma exagerada de restituir as formas prestigiosas por aqueles que não as detêm, o que geralmente faz com que a pessoa caia no ridículo diante dos outros. Há também a tentativa de imitar os falares considerados abonadores de outros, mas nesse caso a fala do indivíduo soa como algo artificial, qual uma moeda falsa; por outro lado, a segurança linguística pode acarretar um olhar soberano do falante em relação à fala alheia, que passa a ser considerada como “feia”, “estranha”, “esquisita” ou “errada”. Como já foi dito anteriormente, a geolinguística rema contra essa maré oriunda do senso comum, que é, ao mesmo tempo, nascente e desaguadouro de preconceitos linguísticos.

1.1 Língua e variação

Nos estudos sociolinguísticos – e principalmente nos dialetológicos – o usuário da língua (o falante) é içado para o primeiro plano da cena, tendo em vista que esse tipo de estudo parte sempre do pressuposto de que a língua não existe, a rigor, sem os seus falantes,

pois são eles que a fazem existir concretamente quando a põem em uso. A esse respeito, Brandão (1991), por exemplo, enfatiza o duplo poder que o usuário de uma língua tem sobre ela: de utilizá-la e de modificá-la no decurso dessa utilização, acrescentando-lhe novos matizes a cada nova situação.

Como não se pode negar que o falante modifica a língua ao longo do tempo, torna-se imperativo aceitar a existência da variação linguística como uma realidade incontestada e irreversível. Esta tem sido uma linha de ação dos dialetólogos, desde as primeiras reflexões com os franceses Gaston Paris e Jules Gilliéron, ainda no século XIX, até os dias de hoje. O desafio da dialetologia hoje, como assinala Brandão (1991), consiste em descrever as variações e, através delas, detectar as perspectivas de mudanças na língua.

Brandão (1991) entende que só é possível se conhecer de fato um determinado grupo humano debruçando-se sobre a(s) forma(s) como esse grupo representa a sua história, os seus costumes e o ambiente em que vive. Assim sendo, procurar estudar essa história, costumes ou ambiente, sem proceder a uma acurada pesquisa linguística, seria desperdiçar tempo e deixar de lado um inestimável tesouro necessário a um conhecimento mais completo e significativo dessa comunidade.

E quando se estuda uma comunidade linguística, afirma Alkmim (2008, p. 33), o primeiro fenômeno que se constata é a variação. Isso porque, segundo ela, “qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exhibe sempre variações” e que, portanto, “[...] língua e variação são inseparáveis”. Nesse sentido, a diversidade linguística deve ser encarada não como um problema a ser corrigido ou reprimido, mas como uma qualidade inerente ao próprio fenômeno linguístico. Camacho (2008, p. 57) teoriza na mesma direção, ao afirmar que “a despeito de diferenças de enfoque, todo linguista indiscriminadamente concorda com o princípio de que nenhuma língua natural humana é um sistema em si mesmo homogêneo e invariável. Em todos os níveis de análise, depara-se com o fenômeno da variação.”

Seria o caso de se perguntar, então: se é assim, por que motivo a repressão (assim como a correção) é um fenômeno quase tão “viçoso” quanto a própria variação?

Alkmim (2008, p. 41) responde essa pergunta mostrando que “[...] a avaliação social das variedades linguísticas é observável em qualquer comunidade de fala”, e nessa avaliação se constrói uma hierarquia em cujo topo estão os modos de falar próprios das elites daquela comunidade. E são essas elites que definem o que é norma culta ou língua padrão, assim como definem as noções de “certo” e “errado” quanto aos usos da língua.

O que as elites fazem com esse procedimento, na verdade, é transferir para a língua a hierarquização que pré-existe ao seu uso, ou seja, a hierarquização dos grupos sociais: “na

realidade objetiva da vida social, há sempre uma ordenação valorativa das variedades linguísticas em uso, que reflete a hierarquia dos grupos sociais. Isto é, em todas as comunidades existem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores.” (ALKMIM, 2008, p. 39)

Na verdade, a normatização do que *vale* e do que *não vale* no uso da língua é reflexo das relações econômicas e de poder, e dessa normatização decorre a existência de variedades de prestígio e variedades desprestigiadas na sociedade. Tem razão Alkmim (2008, p. 42) ao assegurar que “podemos afirmar, com toda tranquilidade, que os julgamentos sociais ante a língua – ou melhor as atitudes sociais – se baseiam em critérios não linguísticos: são julgamentos de natureza política e social”. Dito de outra maneira, significa que “julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social”.

A variedade considerada padrão, segundo Alkmim (2008, p. 40), é aquela socialmente mais valorizada, de reconhecido prestígio dentro de uma comunidade, cujo uso é, normalmente, “requerido em situações de interação determinadas, definidas pela comunidade como próprias, em função da formalidade da situação, do assunto tratado, da relação entre os interlocutores etc.”

Os sociolinguistas e dialetólogos olham para essa hierarquização da língua e defendem que ela não possui qualquer base científica e apenas serve de munição para velados (e muitas vezes explícitos) preconceitos. “A não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, neste aspecto, o preconceito linguístico tem um efeito particularmente negativo” (ALKMIM, 2008, p. 42) porque é uma fonte potencial de intolerâncias e atitudes discriminatórias. Nas palavras de Alkmim:

Ficamos unanimemente chocados diante da palavra inadequada, da concordância verbal não realizada, do estilo impróprio à situação de fala. A intolerância linguística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis, seja na mídia, seja nas relações sociais cotidianas, nos espaços institucionais etc. a rejeição de certas variedades linguísticas, concretizada na desqualificação de pronúncias, de construções gramaticais e de usos vocabulares, é compartilhada sem maiores conflitos pelos não especialistas em linguagem.” (ALKMI, 2008, p. 42)

Dessa forma, os estudos dialetológicos seguem na contramão da mentalidade homogeneizante a respeito da língua, que teve um impulso considerável em Saussure, ganhou fôlego em seus seguidores, linguistas de visão marcadamente estruturalista, e conta com ardorosos defensores ainda hoje. No entanto, encarar a língua como um sistema homogêneo e invariável significa negar a sua própria natureza heterogênea, já que a heterogeneidade é um princípio inerente a ela.

Para Camacho (2008), a renitente tendência à hierarquização subsiste porque se alimenta do poder e da autoridade que seus usuários detêm na sociedade. O poder e a autoridade são transferidos para as formas variantes que os representam, por isso essas formas são valoradas. Já as variantes que representam as “camadas de baixo” da sociedade são policiadas. Daí resulta a existência de variantes prestigiadas e variantes estigmatizadas. E, como um ciclo vicioso, as variantes estigmatizadas contribuem para estigmatizar socialmente seus falantes, enquanto as variantes prestigiadas tendem a valorizar os que as utilizam.

Remando na contracorrente dessa tradicional onda homogeneizante, há iniciativas meritórias tanto no âmbito internacional quanto no nacional, no sentido de procurar compreender e lançar luzes sobre os mecanismos de variação e mudança que subjazem à existência da própria língua. É o caso da elaboração de diversos atlas linguísticos, tão necessários à compreensão da diversidade de uma língua e de sua natureza, concretizada nos diferentes falares.

Conforme Brandão (1991), o primeiro atlas linguístico a ser confeccionado foi o Atlas Linguístico da França (ALF), no final do século XIX e início do século XX, o que estimulou o surgimento de outros trabalhos semelhantes em diferentes países, inclusive no Brasil, onde foram elaborados, ao longo do século XX, diversos atlas linguísticos, como é o caso do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), confeccionado em 1963.

Mas no Brasil a preocupação com os estudos dialetais preexiste aos atlas linguísticos. Já nos idos de 1826, segundo assinalam Ferreira e Cardoso (1994, p. 37), o brasileiro Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, escrevia, sobre a língua falada no Brasil, por exemplo, que ela refletia “[...] a doçura do clima e dos habitantes”, além de “ter sido enriquecida por palavras e expressões novas, tomadas de empréstimo às línguas indígenas e inexistentes no português continental”. Esse escrito de Domingos Borges de Barros pode ser tomado como o “marco zero” dos estudos dialetais no Brasil, inaugurando uma história que contaria, posteriormente, com a contribuição de figuras como Amadeu Amaral, José Veríssimo, Theodoro Sampaio, Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, e Nelson Rossi, só para citar os nomes mais expressivos. Esses, entre tantos outros dialetólogos, contribuíram – cada um à sua maneira – para um amplo conhecimento das multifacetadas realidades linguísticas do país. Uma decorrência digna de nota desse processo histórico é o projeto ALiB.

2 Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)

O ALiB foi idealizado em 1952, ano em que o governo brasileiro, por meio de decreto, atribuiu a responsabilidade pela sua elaboração à Comissão de Filologia da Casa Rui Barbosa, com o objetivo final de confeccionar um atlas nacional relativo ao português brasileiro. Naquele momento, as dimensões continentais do país e a falta de recursos humanos e financeiros, entre outras razões, inviabilizaram a proposta inicial. Prevaleceu, no entanto, a ideia de realizar esse empreendimento aos poucos, por meio da confecção de atlas linguísticos regionais, como foi o caso do Atlas Prévio dos Falares Baianos, Atlas do Sergipe, Esboço de um Atlas de Minas Gerais e vários outros. Em âmbito regional, surgiu o Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil, incluindo os três estados da região Sul. Somente em 1966, sob a coordenação de Suzana Cardoso, um grupo de pesquisadores, reunidos na Universidade Federal da Bahia, concebeu e deu início efetivo ao ALiB, que reúne colaboradores de diversas universidades brasileiras.

Cardoso e Mota (2006, p. 41) informam que, entre os objetivos específicos do projeto, está a preocupação em oferecer aos interessados nos estudos linguísticos

[...] um amplo volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos, atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos, adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores, aprofundar o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes que enformam a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio da variante culta.

Outra preocupação de base do ALiB é “contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica” (CARDOSO & MOTA, 2006, p. 41).

A descrição da realidade linguística do Brasil pelo ALiB situa-se além da abordagem tradicional da geolinguística monodimensional, que se atinha basicamente ao enfoque diatópico. A sua metodologia ampara-se no enfoque pluridimensional da geolinguística contemporânea, que procura examinar as inter-relações entre os fatores de diferenças diatópicas, diastráticas, diafásicas e diageracionais. Por este prisma, os informantes que participaram (ou ainda participarão) da pesquisa encontram-se espalhados por 250 pontos

demarcados em todo o território nacional, sendo que cada capital participa com 8 informantes, conforme as especificações que seguem:

- a) no plano *diassexual* (correlato aos gêneros) são 4 informantes do sexo masculino e 4 do sexo feminino;
- b) no plano *diageracional* (correlato às faixas etárias) são 4 informantes com idades de 18 a 30 anos e 4 com idades de 50 a 65 anos;
- c) no plano *diestrático* (correlato à escolaridade) são 4 informantes com escolaridade até o 8º ano e 4 com curso superior completo.

Nos demais municípios selecionados, foram entrevistados quatro informantes de escolaridade até o 8º ano do ensino fundamental, assim estratificados:

- a) 01 homem de 18 a 30 anos;
- b) 01 mulher de 18 a 30 anos;
- c) 01 homem de 50 a 65 anos;
- d) 01 mulher de 50 a 65 anos.

Conforme explicam Silva e Aguilera (2007), o Comitê Nacional do ALiB discutiu e definiu previamente os princípios metodológicos para o recolhimento dos dados. Dessa forma, as entrevistas pautaram-se pelo questionário oficial do projeto, na seguinte ordem: Questionário Fonético Fonológico (QFF, com 159 perguntas), Questionário Semântico-Lexical (QSL, com 202 perguntas distribuídas em 13 subitens), Questionário Morfossintático (com 49 questões), Questões de Pragmática, Temas para Discurso Semidirigido, Perguntas Metalinguísticas e Leitura de Texto. Com base nessa metodologia, e partindo do estudo de questões linguísticas regionais, o projeto ALiB vai paulatinamente ampliando o *zoom* das análises dialetais em direção a um vasto painel da língua portuguesa em todo o território nacional.

Como já explicitado nas considerações iniciais, recortei dos dados do ALiB, para esta pesquisa, a seção das Perguntas Metalinguísticas, tomando como universo de amostras os informantes das capitais São Luís (Ma), Belém (Pa) e Manaus (Am). As respostas fornecidas por esses informantes converteram-se em dados para a análise que se encontra no item a seguir.

3 Apresentação e análise dos dados

Os inquiridores do ALiB fizeram seis perguntas de natureza metalinguística aos oito informantes de cada capital, com vistas a colher dados a respeito das crenças e atitudes linguísticas desses informantes. Servindo-me das informações ali contidas, procurei neste artigo confrontar as diferentes respostas dadas a essas mesmas perguntas.

Para efeito de comentário dos dados coletados, cada informante foi identificado aqui por um número de 01 a 08, em ligação com o nome da referida capital, em consonância com o registro feito no questionário de base do ALiB.

As respostas dadas à primeira pergunta: “Como se chama a língua que você fala?” possibilitou a elaboração do Gráfico 1

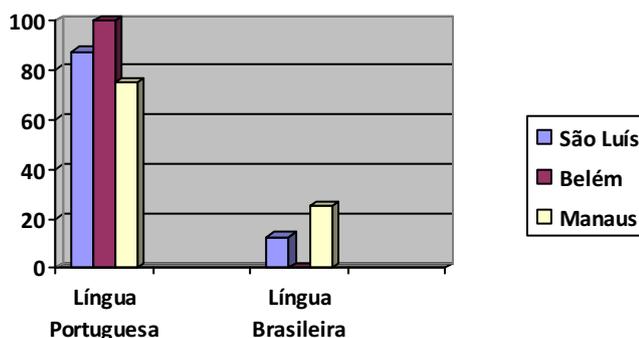


Gráfico 1 – Como se chama a língua que você fala?

O Gráfico 1 mostra que:

- apenas em Belém 100% dos informantes entendem que a língua que falam se chama língua portuguesa ou português;
- em São Luís os percentuais foram de 87,5% para língua portuguesa ou português e de 12,5% para língua brasileira ou brasileiro;
- em Manaus, 75% indicaram língua portuguesa ou português e 25% indicaram língua brasileira.

Merece destaque a fala do informante 07, de Manaus, que assim se expressou:

A língua portuguesa, aliás eu achu erradu issu, divia ser língua brasileira, né. Aliás já tem movimentu aí pra, é língua brasileira.

(Manaus, informante 07)

Em sua fala, o informante 07 emite juízo de valor sobre o nome da língua, o que não acontece com os demais que identificam a sua língua como “brasileiro”. E ao afirmar que “tem movimento aí...” demonstra ter um vago conhecimento a respeito de questões históricas envolvendo a constituição de uma língua brasileira, polêmica na qual se envolveram os primeiros escritores modernistas, como Oswald de Andrade e Mário de Andrade.

O Gráfico 2 foi gerado a partir da pergunta: “Tem gente que fala diferente aqui em (São Luís/Belém/Manaus)”?

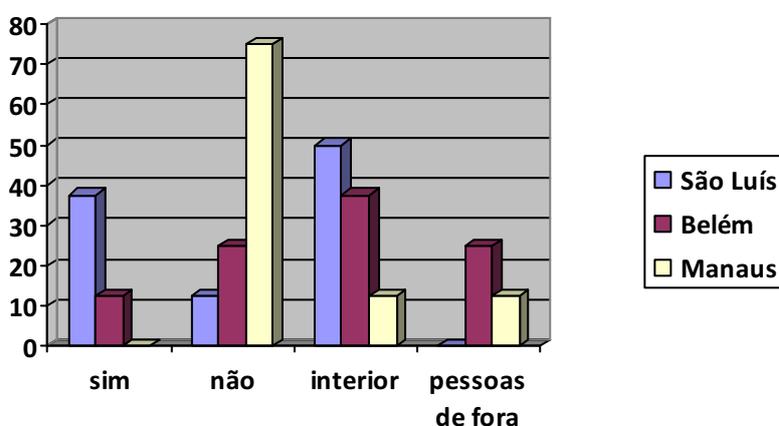


Gráfico 2 - Tem gente que fala diferente aqui em (nome da cidade)?

Pelo Gráfico 2, lê-se que:

- em São Luís 37,5% dos informantes percebem diferentes falares na capital, 12,5% não percebem diferentes falares na capital, 50% detectam diferentes falares em pessoas do interior e 0% percebe diferenças na fala de pessoas vindas de fora;

- em Belém 12,5% dos informantes percebem diferentes falares na capital, 25% não percebem essas diferenças, 37,5% detectam diferenças na fala de pessoas do interior e 25% percebem essas diferenças em pessoas vindas de fora.

- em Manaus 0% (ninguém) percebe diferenças nos falares da capital, 100% não percebem diferenças, 12,5% percebem diferenças em pessoas do interior e 12,5% percebem diferenças em pessoas vindas de fora.

O gráfico permite concluir que os informantes de São Luís têm uma percepção considerável das diferenças de fala na capital e mais ainda em relação aos falantes do interior do Estado; já em Belém a percepção maior de diferenças é em relação aos falantes do interior

e aos oriundos de outros Estados; no caso de Manaus, há uma grande tendência à percepção homogeneizante dos falares na capital.

É interessante observar que a pergunta feita aos informantes inquiria sobre as diferenças de fala na capital, mas via de regra quando se fala em sotaques os informantes se lembram logo dos falantes interioranos e dos não-conterrâneos.

À pergunta: “Em outros lugares do Brasil, fala-se diferente daqui de (São Luís/Belém/Manaus)?” a resposta foi positiva (equivalendo a “sim”) em 100% dos informantes nas três capitais. Quando foi pedido que exemplificassem, vários estados e/ou cidades foram citados, com destaque para os locais expressos no Gráfico 3.

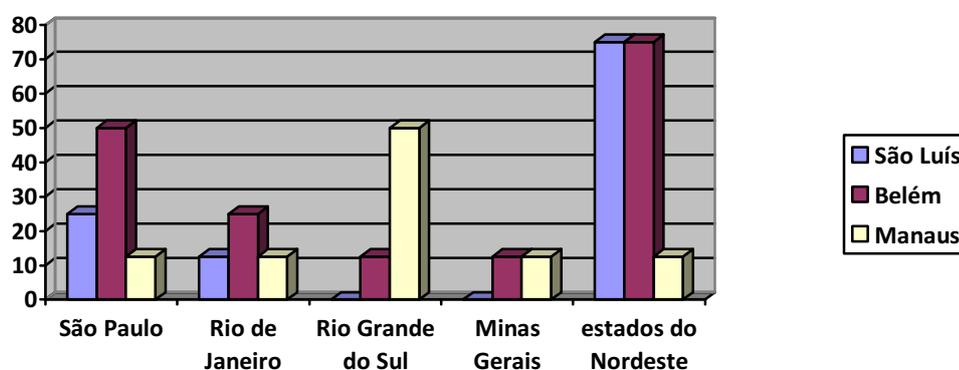


Gráfico 3 - “Em outros lugares do Brasil, fala-se diferente daqui de (nome da cidade)?”

Lendo o Gráfico 3, pode-se ver que:

- os informantes de São Luís se lembram mais dos sotaques de São Paulo (25%), Rio de Janeiro (12,5%) e alguns estados do Nordeste (75%);

- os informantes de Belém se lembram mais dos sotaques de São Paulo (50%), Rio de Janeiro (25%), Rio Grande do Sul e Minas Gerais (12,5% cada) e alguns estados do Nordeste (75%);

- os informantes de Manaus se lembram com mais facilidade dos sotaques do Rio Grande do Sul (59%); São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e alguns estados do Nordeste (12,5%), especificamente Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará foram citados.

Nas repostas a esta pergunta, os informantes revelaram as atitudes e sentimentos para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam (CALVET, 2002). Na manifestação dessas atitudes e sentimentos, afloraram estereótipos e velados preconceitos linguísticos, conforme as seguintes exemplificações:

O paraense fala “chiando” (informante 05, São Luís);
O paraense enfatiza muito o dígrafo NH (informante 05, São Luís; 05 e 06, Manaus);
O paulista “puxa” muito o R (informante 05, Belém; 03 e 06, Manaus);
O pernambucano fala “cantando” (informante 06, Belém);
O mineiro fala arrastado, tem sotaque carregado (informante 07, Belém);
O carioca fala meloso (informante 08, Belém);
O gaúcho fala enrolado, tem sotaque carregado (informantes 02, 03 e 06 e 08, Manaus);
O carioca é malandro, fala muita gíria (informante 05, São Luís; 08, Manaus).

De uma forma geral, os dados permitem ver que os informantes:

- a) Têm segurança (conforme Calvet, 2002) sobre a sua fala, considerando-a “a” norma, pela qual julgam e negativizam as demais normas;
- b) Revelam uma tendência a ver de forma homogeneizante a fala da capital;
- c) Sentem que sua fala é mais prestigiosa que as falas do interior;
- d) Acreditam que os sotaques de outros estados ou regiões são condenáveis. E pensam reforçar, por esse procedimento, a afirmação de sua própria identidade linguística.

É sintomático, a esse respeito, o depoimento da informante 06, de São Luís:

Belém puxa muito o “éle agá” (LH), né? Galhinha. Eh... fala chiando, “trêish, doish”, né? A gente até brinca muito com a minha sobrinha porque a gente acha horrível o jeito de paraense. Eu disse “Jéssica, tu não pode falar igual paraense, tem que falar é ‘trêis, dôis’, tshi... é galinha, né (=não é) galinha. Aí ela: “Tá”. Aí quando ela tá lá em Belém, ela só fala galinha, porque a professoras tudo é galinha, palhito. Aí de tá falando palhito, então ela pega. Aí quando eu tô falando com ela, aí ela: “Tia, hoje eu comi galinha”. Aí eu “Galhinha, não. Comé Jéssica, maranhense, tu é maranhense!”. Aí ela “Galinha!” Aí eu “Isso mesmo, galinha” Aí eu disse: “Jéssica, quantos anos tu tem?” Aí ela: “Sêish” Eu disse: “Quê, Jéssica?”. Aí ela “Seis, seis, eu sou maranhense”. Eu disse “Isso mesmo, é seis”. (risos)
(informante 06, São Luís)

Percebe-se aí um “doutrinação” linguístico rumo a uma fala correta. E esse doutrinação funciona em duas vertentes simultâneas: por um lado, o abafamento da fala indesejável: “a gente acha horrível o jeito de paraense” e, por outro, a afirmação da identidade: “Maranhense, tu é maranhense”; “eu sou maranhense”.

A identidade linguística maranhense decorre, evidentemente, das noções de *bon usage* e de bem falar citadas por Calvet (2002, p. 68). Ao longo do século XX, difundiu-se largamente por todo o país a ideia de que o melhor português do Brasil era o falado no Maranhão, cuja capital era denominada a “Atenas Brasileira”. Esse era o português mais “puro”, mais “casto”, mais “escorreito”, portanto mais correto. Estereótipo que foi ganhando corpo com a contribuição da escola e da imprensa, e influiu o ego dos falantes maranhenses, que passaram a ver sua imagem e sua identidade coladas a essa boa fama linguística. Isso é verbalizado pelo informante 03, de São Luís:

Eu me lembro que a última vez eu taha lá em Goiânia e... xô vê aqui como foi essa história aqui. Uma vez nós taha leno, lá um jornal, lá ele falando, lendo o jornal e falano a pes... a palavra errada; aí eu disse: “Rapaz não é isso aí, num sei o que, num sei o que.” Ele disse assim: olha, o único que pode falar aqui é Maranhão, Maranhão o que Maranhão, São Luís, o Maranhão é a melhor língua português que se fala, tu não pode dizer nada que tu não é daqui, aí eu fiquei assim, “Ah, tu sabe disso.” “Eu sei que Maranhão é a melhor língua que se fala português.” (rindo)
(informante 03, São Luís)

Após declarar que os goianos falam “errado”, o informante exemplifica isso com um fato que vivenciou, demonstrando um indisfarçável orgulho de ter ouvido uma pessoa de outro Estado exaltar a fala maranhense.

O orgulho da fala maranhense é expresso pelo falante 07, de São Luís. Ele argumenta que maranhense não tem sotaque, e que o português maranhense é melhor que o paulista:

Eu diria que as pessoas normalmente classe média, curso superiô, na faixa etária aí de... de trinta e cinco anos pra cima, ainda mantêm né, uma... Uma certa, vamô dizê assim, pureza eh... na, na, porque nós não temos um sotaque forte, pelo menos acho que não, alguém me disse: “Não, vocês têm. Vocês têm o sotaque forte”. Eu até tava discutindo isso com alguém há pouco tempo, não lembro com quem. “Não, maranhense não tem um sotaque”. “Não, maranhense tem! Sotaque tem!” Até citou alguns exemplos. Mas eu... eu particularmente acho que o português que a gente fala, pelo menos, comparado com... não querendo menosprezá “As portas”, as portas paulistas; com aquele minerês. Tá intendendo (risos)?
(informante 07, São Luís)

E continua reforçando essa ideia:

O maranhense seria tipicamente um, um bom apresentadô de televisão porque ele não tem um sotaque marcante, né ? Você pega o pernambucano, o pernambucano em qualquê lugá que ele chega cê sabe que ele é pernambucano. É incrível.
(informante 07, São Luís)

Percebe que o “português maranhense” está em “franco declínio”, por influência de pessoas oriundas de outros estados, mas mesmo assim continua sendo o melhor português do Brasil:

Eu é... eu acredito que nosso português ainda ... ainda, embora esteja em franco declínio, mas ainda, eu acho ainda destaca um pouco dentro desse universo que eu te falei... pessoas de nível médio, superiô com essa faxa etária, acima dos trinta e cinco anos, que já sofreu menos, trinta e cinco não, eu diria de quarenta, sofreu menos essa influência televisiva e também São Luís, ela cresceu muito, uma cidade que no meio da década de setenta quando a gente olhava um carro placa de fora era um espanto: “Hum, a placa do veículo é de Recife, Fortaleza!” Depois começô... Tem muito cearense aqui, piauiense. Outro dia começou um pessoal de Goiás também...
(informante 07, São Luís)

Segundo o informante 08 de São Luís, os professores de língua portuguesa da cidade remam na contracorrente dessa “descaracterização” do português maranhense e se orgulham dessa fala abonadora:

[...] Eles são vaidosos disso de que... que aqui no Maranhão se fala a... melhor a língua portuguesa e, como eles são professores, eu acho que eles capricham nisso e, outra coisa, eles eram, eles são de uma época em que não tinha muito, assim, televisão pra mostrá a gíria que tem hoje e os vícios que nós temos hoje, eles não têm.
(informante 08, São Luís)

O único informante não maranhense que se referiu à noção de superioridade do português maranhense foi o 08 de Manaus, que se expressou nestes termos: “acho que o Maranhense, acho que ele fala mais... mais certinho num é [...]”

Essa propalada superioridade do português maranhense em relação ao português dos demais Estados brasileiros é, evidentemente, um mito. Bagno (2002), numa postura iconoclasta, desconstrói esse mito tão acariciado em terras maranhenses quando assegura que ele não passa de uma “grande bobagem”, por não ter a menor possibilidade de sustentação científica. Bobagem semelhante à concepção de que o português de Portugal é mais bem falado que o português do Brasil. Bagno insiste em que

Não existe uma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente “melhor”, “mais pura”, “mais bonita”, “mais correta” que outra. Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam. Quando deixar de atender, ela inevitavelmente sofrerá transformações para se adequar às novas necessidades. (BAGNO, 2002, p. 47)

Salienta ainda que

É preciso abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o “melhor” ou o “pior” português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua, que constituem um tesouro precioso de nossa cultura. Todas elas têm o seu valor, são veículos plenos e perfeitos de comunicação e de relação entre as pessoas que as falam. (BAGNO, 2002, p.51)

À parte o orgulho maranhense, nascido no rescaldo desse mito até hoje cultivado, entre os informantes que destacaram sua identidade linguística de forma ostensiva está o informante 07, de Manaus.

[...] Não, não não, ih, não eu abominau negóciu de sotaque... o mineru adora issu, o paulista, di fala cum aqueli não. Aqui o amazo... todus falamus iguais, num tem essi negóciu, quando a senhora vê alguém hãhãhãhãhã, o cara num é daqui ou passou uma temporada fora e absorveu aquilu. Nã, nós falamus aqui télévisão, não télévisão, Rorãima, nós falamus... as nossas palavras são beim ixplicadas, letra pur letra. Aqui ninguém fala fala Ri di Janeru, é Riu di Janeru. Sã Paulu, num é Sã Paulu é São Paulu.

(informante 07, Manaus)

O informante aqui revela segurança em relação à sua fala e desabona os diferentes falares. Olha para o sotaque – dos outros, porque segundo ele os amazonenses não têm sotaque – como algo negativo, uma espécie de desvirtuamento da língua, algo que provoca ojeriza ao ponto de ele afirmar que “abomina negócio de sotaque”.

Observou-se que, ao responder sobre a fala de “outros lugares do Brasil”:

a) os amazonenses não foram citados nem pelos informantes de São Luís nem pelos de Belém. Possivelmente isso se deva ao fato de a presença de amazonenses nessas duas capitais ser relativamente escassa. Na verdade, historicamente os amazonenses pouco saem para morar em outros Estados;

b) a fala dos paraenses foi citada, de forma desabonadora, por informantes de São Luís e de Manaus. Talvez esse fato se explique em razão de o Estado do Pará fazer divisa com o Amazonas e o Maranhão, e contar com uma grande colônia de emigrantes para esses dois Estados, que veem o sotaque paraense “chiado” e de reforço do “NH” ou do “LH” como algo reprovável;

c) a fala dos maranhenses foi citada por informantes de Belém e de Manaus, com referências elogiosas. A menção honrosa decorre, obviamente, do mito que se construiu historicamente em torno do “bem falar” do Maranhão.

A última pergunta aplicada inquiriu: “No passado, as pessoas falavam diferente aqui?” – os informantes responderam a essa pergunta como segue:

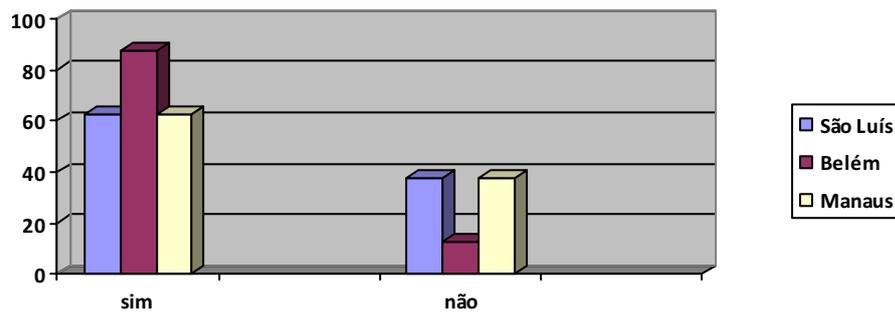


Gráfico 4 - "No passado, as pessoas falavam diferente aqui?"

É possível notar que os informantes de Belém percebem mais as variações diacrônicas (87,5%) que os de São Luís e Manaus (62,5% para ambos).

Nos comentários registrados nas respostas daqueles que percebem mudanças diacrônicas na fala da capital, merece destaque a referência aos jovens como agentes de mudança, principalmente pelo uso insistente de gírias que, em geral, os falantes mais conservadores reprovam. Esse fato pode ser exemplificado com o seguinte depoimento:

É porque hoje em dia a gente vê que... né, não são todos, né, na maioria das pessoas, os jovens de hoje é só falá, através de gírias, linguajar diferente, que a gente vê os antepassados... minha vó mesmo fala que antigamente não se falava desse jeito.
(informante 01, São Luís)

Demonstrando despreço em relação à fala da juventude, vista como uma atitude desleixada em relação à "pureza" da língua, cheia de "vícios" que não existiam "antigamente", o informante 08, de São Luís, comenta que os erros de concordância "doem" nos ouvidos.

Entre os que percebem uma mudança "para melhor" na linha do tempo, está o informante 05, de Belém, para quem "o nível escolar foi aumentando, a informação foi aumentando, isso levou ao amadurecimento da forma correta de se usar o português". Está aí uma clara alusão à influência direta da escola na mudança da fala, salientando as diferenças entre a fala dos mais velhos e a dos jovens.

Considerações finais

Os dados analisados permitem concluir que: a) persiste entre os informantes uma visão homogeneizante em relação à língua falada na capital, ficando as diferenças ligadas

primordialmente aos falantes de origem interiorana e de outros estados ou regiões; b) alguns estereótipos e preconceitos em relação aos sotaques diferentes, principalmente no plano diatópico, mas também nos planos diastrático e diacrônico, continuam sendo cultivados entre os falantes; c) o sotaque é percebido pelos informantes como uma deturpação da língua, um desvio ou “vício” que deve ser combatido, rejeitado e/ou corrigido; d) mantém-se vivo o mito de que o melhor português do Brasil é o falado no Maranhão.

Referências

- ALKMIN, Tania. Sociolinguística – parte I. in: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 1, 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico. O que é, como se faz*. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *A Geografia Linguística no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística, uma introdução crítica*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística – parte II. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 1, 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra (orgs.). *Documentos 2: projeto atlas linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- PRETI, Dino. *Sociolinguística. Os níveis de fala*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- SILVA, Greize Alves da; AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Geolinguística: um estudo no campo lexical da fauna brasileira*. www.faccar.com.br/eventos/desletras/hist/2007_g/textos/14.htm. Acesso em 29.10.2010, às 11h37.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.